

EDcl no AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 171.780 - RJ (2012/0085197-9)

RELATOR : **MINISTRO RAUL ARAÚJO**
EMBARGANTE : **RICARDO DUARTE - ESPÓLIO**
ADVOGADOS : **AFONSO CESAR BOABAI BURLAMAQUI E OUTRO(S)** -
RJ015925
REGINA HONORATO RIBEIRO - RJ077933
EMBARGADO : **GASPAR SILVEIRA MARTINS LEÃO**
ADVOGADO : **VIRGILIO MATHIAS DOS SANTOS** - RJ134983
ADVOGADA : **BRUNA KAMAROV BENISTI** - RJ159069
EMBARGADO : **GERSON SENKO E OUTRO**
ADVOGADOS : **ALEX DA SILVA PIRES E OUTRO(S)** - RJ017018
TATIANA KAUFMANN PIRES - RJ127359

DECISÃO

Trata-se de embargos de declaração opostos por **RICARDO DUARTE - ESPÓLIO** à decisão monocrática desta relatoria (e-STJ, fls. 1224-1233), que conheceu do agravo para negar provimento ao recurso especial, julgando, ainda, prejudicado o pedido de Tutela de Evidência formulado às fls. 1199-1207 (e-STJ).

Nas razões recursais, a parte embargante sustenta ter havido obscuridade no *decisum* embargado, posto que: "*consigna o v. acórdão à fl. 226 que os Embargos de Declaração foram opostos contra decisão colegiada em Apelação Cível (sic), incorrendo em 'error in procedendo', que resultou em 'error in judicando', a implicar reforma do julgado*" (e-STJ, fls. 1242-1243).

Defende que: "*houve, também, omissão no tocante a apreciação dos entendimentos jurisprudenciais produzidos*", fl. 1243.

Aduz, ainda, contradição com o disposto na Súmula 568/STJ, porquanto ficou demonstrado no Recurso Especial, pela farta jurisprudência divergente.

Reitera as alegações de mérito defendidas no apelo nobre, em especial, a de que os "*denunciados tinham, sim, ciência inequívoca da demanda movida contra o Sr. Pedro Ernesto e, sobretudo, de seu estado de insolvência, e nada disseram aos Apelados. Este silêncio absoluto violou o dever de informação, que decorre da boa-fé objetiva*", fl. 1246.

Repasa a tese defensiva concernente os embargos de terceiro versarem

sobre o domínio, e restar *"incontroverso que jamais houve penhora sobre o bem, eis que à época o artigo 659, §4º, do CPC exigia o registro da penhora do RGI para a própria existência de tal constrição. Ou seja, o imóvel dos Apelados sempre esteve livre e desembaraçado, sem sofrer qualquer ameaça"*.

A parte embargada apresentou impugnação aos aclaratórios, às fls. 1252-1256.

É o relatório. Decido.

Os embargos de declaração têm como objetivo esclarecer obscuridade, eliminar contradição ou suprimir omissão de ponto ou questão sobre a qual se devia pronunciar o órgão julgador de ofício ou a requerimento das partes, bem como corrigir erro material (CPC/2015, art. 1.022). É inadmissível a sua oposição para rediscutir questões tratadas e devidamente fundamentadas na decisão embargada, já que não são cabíveis para provocar novo julgamento da lide.

Ao contrário do que sustenta a parte embargante, a decisão embargada não é omissa, contradição ou obscuridade. A decisão embargada conheceu do agravo para negar provimento ao recurso especial, nos termos da seguinte fundamentação:

É o relatório. Passo a decidir.

Preliminarmente, ressalta-se que o recurso será examinado à luz do Enunciado n. 2 do Plenário do STJ, nos seguintes termos: "Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/1973 (relativos a decisões publicadas até 17 de março de 2016) devem ser exigidos os requisitos de admissibilidade na forma nele prevista, com as interpretações dadas, até então, pela jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça".

Com efeito, em suma, o agravante busca a reforma do acórdão de origem para manter hígida a penhora decretada nos autos da execução, que promovera contra o seu devedor, o citado Sr. Pedro Ernesto, o qual teria cedido seus direitos hereditários sobre o imóvel referido.

Não obstante, quando a penhora foi levada a termo, o imóvel havia sido plenamente adquirido por terceiros de boa-fé, os quais opuseram embargos de terceiros com o objetivo de afastar a constrição incidente em seu imóvel.

Assim, neste recurso especial o agravante - autor da execução, então embargado -, aduz veementemente a ocorrência de fraude à execução quando da alienação do imóvel, ante a ciência inequívoca da condição de insolvência do alienante.

Nesse contexto, o eg. Tribunal de origem assim fundamentou o acórdão recorrido, quanto ao ponto:

"Trata-se de embargos de terceiro em que alega o embargante ter adquirido de boa-fé o imóvel objeto da constrição judicial, uma vez que, à época da alienação, não pesava sobre ele qualquer ônus ou gravame.

Constata-se dos autos dos embargos de terceiro, às fls. 22/29, que o ora executado com os demais herdeiros cederam o direito que receberam de herança sobre o imóvel localizado na Avenida Prefeito Mendes de Moraes, nº 1400, bloco I, apartamento 402, nesta cidade.

Os cessionários, às fls. 30/35, alienaram o referido imóvel aos ora embargantes, há mais de um ano da data da escritura da cessão.

Assim, incontroverso que o executado quando cedeu seu direito, tinha plena ciência do débito existente entre ele e o exequente, ora embargado.

Contudo, há que se analisar a situação do embargante, terceiro adquirente após o ato de cessão.

(...)

Ressalta-se, ainda, o Enunciado da Súmula n. 375 do Superior Tribunal de Justiça:

'O reconhecimento da fraude à execução depende do registro da penhora do bem alienado ou da prova de má-fé do terceiro adquirente.'

Verifica-se, pois, que devemos examinar se o terceiro estava ciente da penhora, ou seja, se sabia ou tinha motivos para saber da situação fática causadora da ineficácia do negócio jurídico engendrado.

No caso em análise, o termo de penhora foi lavrado em 16/09/2002, às fls. 341, do processo de execução, ou seja, em data posterior a aquisição do imóvel.

Ora, os embargantes adquiriram o imóvel de terceiro, estranho ao processo executivo, em 30/03/2001, através de escritura pública, quando lhe foram apresentadas as certidões que demonstravam estar o imóvel livre e desimpedido para alienação. Constata-se, pois, que ao tempo da aquisição não existia qualquer registro de constrição no aludido imóvel. Dessa forma, o ônus de comprovar a má-fé do embargante recai sobre a parte exequente.

Ressalta-se que o STJ tem protegido o adquirente sucessivo de boa-fé, desde que demonstre a prática de comportamentos mínimos para a procedência lícita do bem adquirido, o que é a hipótese dos autos.

Superior Tribunal de Justiça

Ademais, não basta o trâmite de demanda judicial capaz de reduzir o devedor à insolvência, nem a sua simples citação, seja no processo cognitivo, seja no processo executório. A fraude não se presume, como outrora se concebia. Na visão hodierna, o ângulo da boa-fé abrange precipuamente o terceiro adquirente do bem. Se não sabia, nem motivos tinha para saber, presume-se a boa-fé. Trazemos à colação, jurisprudências do E. STJ e desta Corte de Justiça:

(...)

Assim, se inexistia, quando da aquisição do imóvel pelos apelados, registro da constrição, e não houve comprovação de sua má-fé, sua boa-fé é cristalina."
(e-STJ, fls. 745-749)

Do excerto transcrito, constata-se que o egrégio Tribunal a quo, após o exame acurado dos autos, concluiu que apesar de ser "incontroverso que o executado quando cedeu seu direito, tinha plena ciência do débito existente entre ele e o exequente, ora embargado", a parte embargante - ora agravada - é "adquirente sucessivo de boa-fé", porquanto "ao tempo da aquisição não existia qualquer registro de constrição no aludido imóvel", tendo em conta que a aquisição do imóvel ocorreu em 30/03/2001 e "o termo de penhora foi lavrado em 16/09/2002", aliado ao fato de que, também, "não houve comprovação de sua má-fé".

Nesse contexto, verifica-se que o entendimento esposado no v. acórdão recorrido está em consonância com a Súmula 375 deste Superior Tribunal de Justiça, que possui o seguinte enunciado: "O reconhecimento da fraude à execução depende do registro da penhora do bem alienado ou da prova de má-fé do terceiro adquirente".

*Além de estar alinhado à jurisprudência deste Superior Tribunal de Justiça, especialmente firmada em sede de recurso repetitivo, pela Corte Especial, no REsp 956.943/PR, Rel. p/ Acórdão **Ministro JOÃO OTÁVIO DE NORONHA, CORTE ESPECIAL**, DJe 01/12/2014, nos termos da seguinte ementa:*

"PROCESSO CIVIL. RECURSO REPETITIVO. ART. 543-C DO CPC. FRAUDE DE EXECUÇÃO. EMBARGOS DE TERCEIRO. SÚMULA N. 375/STJ. CITAÇÃO VÁLIDA. NECESSIDADE. CIÊNCIA DE DEMANDA CAPAZ DE LEVAR O ALIENANTE À INSOLVÊNCIA. PROVA. ÔNUS DO CREDOR. REGISTRO DA PENHORA. ART. 659, § 4º, DO CPC. PRESUNÇÃO DE FRAUDE. ART. 615-A, § 3º, DO CPC.

1. Para fins do art. 543-c do CPC, firma-se a seguinte orientação: 1.1. É indispensável citação válida para configuração da fraude de execução, ressalvada a hipótese prevista no § 3º do art. 615-A do CPC.

1.2. O reconhecimento da fraude de execução depende do registro da penhora do bem alienado ou da prova de má-fé do terceiro adquirente (Súmula n. 375/STJ).

1.3. A presunção de boa-fé é princípio geral de direito universalmente aceito, sendo milenar a parêmia: a boa-fé se presume; a má-fé se prova.

1.4. Inexistindo registro da penhora na matrícula do imóvel, é do credor o ônus da prova de que o terceiro adquirente tinha conhecimento de demanda capaz de levar o alienante à insolvência, sob pena de tornar-se letra morta o disposto no art. 659, § 4º, do CPC.

1.5. Conforme previsto no § 3º do art. 615-A do CPC, presume-se em fraude de execução a alienação ou oneração de bens realizada após a averbação referida no dispositivo.

2. Para a solução do caso concreto: 2.1. Aplicação da tese firmada.

2.2. Recurso especial provido para se anular o acórdão recorrido e a sentença e, conseqüentemente, determinar o prosseguimento do processo para a realização da instrução processual na forma requerida pelos recorrentes."

(REsp 956.943/PR, Rel. p/ Acórdão **Ministro JOÃO OTÁVIO DE NORONHA, CORTE ESPECIAL**, julgado em 20/08/2014, DJe 01/12/2014)

E, ainda, dos seguintes precedentes:

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO RECURSO ESPECIAL. RECURSO MANEJADO SOB A ÉGIDE DO NCPC. AGRAVO DE INSTRUMENTO. OFENSA AO ART. 593, I E II, DO CPC/73. FRAUDE À EXECUÇÃO. INOCORRÊNCIA. AUSÊNCIA DE REGISTRO PRÉVIO DA PENHORA DO BEM JUNTO AO CARTÓRIO DE REGISTRO DE IMÓVEIS COMPETENTE. ACÓRDÃO EM CONSONÂNCIA COM A JURISPRUDÊNCIA DO STJ. INCIDÊNCIA DAS SÚMULAS Nº 375 E 568 DO STJ. RECURSO PROTELATÓRIO. INCIDÊNCIA DA MULTA DO ART. 1.021, § 4º, DO NCPC. AGRAVO INTERNO NÃO PROVIDO, COM IMPOSIÇÃO DE MULTA. 2. O Tribunal de origem afastou a alegada

fraude à execução ante o reconhecimento de que não houve o registro prévio de penhora do bem alienado no Cartório de Registro de Imóveis competente. 3. "O reconhecimento da fraude à execução depende do registro da penhora do bem alienado ou da prova de má-fé do terceiro adquirente." Enunciado n. 375, da Súmula do STJ. (...) (AgInt nos EDcl no REsp 1707057/SP, Rel. Ministro MOURA RIBEIRO, TERCEIRA TURMA, julgado em 08/04/2019, DJe 10/04/2019)

AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. EMBARGOS DE TERCEIROS. FRAUDE À EXECUÇÃO NÃO CARACTERIZADA. REVISÃO DOS HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. SÚMULA 7/STJ. RAZÕES RECURSAIS INSUFICIENTES. AGRAVO DESPROVIDO. 1. A jurisprudência desta Corte é no sentido de que a caracterização da fraude em execução exige a existência de registro prévio de penhora na matrícula do imóvel ou prova inequívoca da má-fé do adquirente. (...) (AgInt no REsp 1754079/SP, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, TERCEIRA TURMA, julgado em 25/03/2019, DJe 28/03/2019)

AGRAVO INTERNO. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. EMBARGOS DE TERCEIRO. ALIENAÇÃO DE IMÓVEL. COMPROMISSO DE COMPRA E VENDA ANTERIOR AO REGISTRO DA AÇÃO NA MATRÍCULA DO IMÓVEL. APLICAÇÃO DA SÚMULA 375/STJ. PROVA DE MÁ-FÉ DO TERCEIRO ADQUIRENTE. INEXISTÊNCIA. APLICAÇÃO DA SÚMULA 7/STJ. 1. Nos termos do verbete nº 375 da Súmula do Superior Tribunal de Justiça e do posicionamento firmado no Recurso Especial nº 956.943/PR, julgado sob o rito dos repetitivos, o reconhecimento da fraude de execução depende do registro da penhora do bem alienado ou da prova de má-fé do terceiro adquirente. (...) (AgInt no AREsp 1046565/RJ, Rel. Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, QUARTA TURMA, julgado em 21/03/2019, DJe 27/03/2019)

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. SÚMULAS N. 7/STJ E 283/STF. NÃO INCIDÊNCIA. REEXAME DE PROVAS. DESNECESSIDADE. FUNDAMENTOS DO ACÓRDÃO.

IMPUGNAÇÃO SUFICIENTE. FRAUDE À EXECUÇÃO. NÃO OCORRÊNCIA. BOA-FÉ DOS ADQUIRENTES. RECONHECIMENTO. REGISTRO DA PENHORA DO IMÓVEL. INEXISTÊNCIA. DECISÃO MANTIDA. (...) 3. "O reconhecimento da fraude à execução depende do registro da penhora do bem alienado ou da prova de má-fé do terceiro adquirente" (Súmula n. 375/STJ). No caso concreto, não houve o registro da penhora do bem alienado e, além disso, as instâncias ordinárias reconheceram de modo expresso a boa-fé dos adquirentes. Inteligência da orientação que emana do Recurso Especial repetitivo n. 956.943/PR. 4. Agravo interno a que se nega provimento. (AgInt no AREsp 394.351/PR, Rel. **Ministro ANTONIO CARLOS FERREIRA, QUARTA TURMA, julgado em 06/11/2018, DJe 22/11/2018)**

Tendo em vista o entendimento adotado pelo acórdão recorrido encontrar-se em harmonia com a jurisprudência assente desta Corte Superior, torna-se inafastável a incidência da Súmula 83/STJ.

Quanto à alegada violação dos arts. 20, 155, 251, 263, 592, 652, caput, 659, § 4º, do Código de Processo Civil de 1973; 6º da LICC; 1º, § 2º, § 3º, da Lei 7.433/85, verifica-se que o conteúdo normativo dos dispositivos e dos argumentos relativos às: (i) impossibilidade de se discutir, em sede de embargos de terceiros, matéria referente à fraude contra credores; (ii) ausência de efeito da penhora impugnada em razão da imprescindível inscrição no respectivo registro de imóvel, conforme preceituava o artigo 659 do CPC/1973 na redação de 2002, antes da mudança legislativa de 2006; (iii) ausência de pressuposto de procedibilidade para os embargos de terceiros, todos invocados no apelo nobre, não foi apreciado pelo Tribunal a quo, ainda que a parte ora recorrente tenha oposto embargos de declaração a fim de sanar eventual irregularidade.

Ressalte-se que esta eg. Corte de Justiça consagra orientação no sentido da necessidade de prequestionamento dos temas ventilados no recurso especial, não sendo suficiente a simples invocação da matéria na petição de embargos de declaração. Caberia à recorrente, na hipótese, alegar violação ao art. 535 do Código de Processo Civil de 1973, providência, todavia, da qual não se desincumbiu. Dessa forma, à falta do indispensável prequestionamento, incide, na espécie, a Súmula 211 do Superior Tribunal de Justiça.

O recurso não merece prosperar pela alínea "c" do permissivo

constitucional em razão do descumprimento do disposto nos arts. 541, parágrafo único, do CPC/73 e 255, § 2º, do RISTJ. Com efeito, para a caracterização da sugerida divergência jurisprudencial, não basta a simples transcrição de ementas. Devem ser mencionadas e expostas as circunstâncias que identificam ou assemelham os casos confrontados, sob pena de não serem atendidos, como na hipótese, os requisitos previstos nos mencionados dispositivos.

Confiram-se os seguintes julgados:

*"PROCESSUAL CIVIL E TRIBUTÁRIO. QUITAÇÃO DE OBRIGAÇÃO TRIBUTÁRIA. TÍTULOS DA DÍVIDA PÚBLICA. DAÇÃO EM PAGAMENTO. IMPOSSIBILIDADE. FALTA DE PREVISÃO LEGAL. PRECEDENTES. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL NÃO DEMONSTRADO. (...) III - Já é firme o entendimento desta Corte, segundo o qual a simples transcrição de ementas não basta para que se configure a divergência jurisprudencial alegada. Impõe-se a demonstração do dissídio com a reprodução dos segmentos assemelhados ou divergentes entre os paradigmas colacionados e o aresto hostilizado, o que inocorreu no presente caso. IV - Agravo regimental improvido." (AgRg no REsp 738.797/RS, Relator o eminente Ministro **FRANCISCO FALCÃO**, DJ de 03.10.2005)*

*"AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. AFRONTA AO ART. 535 DO CPC. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. OMISSÃO. FUNDAMENTAÇÃO DEFICIENTE. SÚMULA 284/STF. EXAME DE MATÉRIA CONSTITUCIONAL E DE LEI LOCAL. IMPOSSIBILIDADE. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL NÃO CARACTERIZADO. ART. 255 DO RISTJ. (...) IV - Em casos nos quais só a comparação das situações fáticas evidencia o dissídio pretoriano, indispensável que se faça o cotejo analítico entre a decisão reprochada e os paradigmas invocados. A simples transcrição de ementas, sem que se evidencie a similitude das situações, não se presta como demonstração da divergência jurisprudencial. Agravo regimental desprovido." (AgRg no REsp 754.475/AL, Relator o eminente Ministro **FELIX FISCHER**, DJ de 26.09.2005)*

Dessa forma, entende-se que o acórdão recorrido deve ser confirmado pelos seus próprios fundamentos.

Com o julgamento deste recurso especial, entende-se que resta prejudicado o pedido de Tutela de Evidência formulado às fls. 1199-1207 (e-STJ).

Diante do exposto, nos termos do art. 253, parágrafo único, II, b, do RISTJ, conheço do agravo para negar provimento ao recurso especial. Julgo prejudicado o pedido de Tutela de Evidência formulado às fls. 1199-1207 (e-STJ).

De ver-se, portanto, que os presentes embargos declaratórios revelam o nítido propósito da parte embargante em rediscutir tema que foi devidamente apreciado, o que é defeso através da via processual escolhida, desautorizando, deste modo, o acolhimento da pretensão embutida nos aclaratórios.

A propósito, traz-se a lume alguns arestos proferidos nesse sentido, os quais, embora prolatados sob a égide do vetusto CPC/1973, exprimem a firme jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça acerca da inadmissibilidade dos embargos de declaração quando opostos fora das exíguas hipóteses legais de seu cabimento, *in verbis*:

"PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. AGRAVO EM RECURSO NÃO CONHECIDO. SÚMULA 182/STJ. PRETENSÃO DE EXAME DE MATÉRIA DO FUNDO. CARÁTER INFRINGENTE MANIFESTAMENTE INFUNDADO. INTUITO PROTELATÓRIO. MULTA.

1. Hipótese em que o acórdão embargado concluiu pela não violação do art. 511 do CPC e pela ausência de previsão legal para que o valor das custas de preparo conste da publicação da sentença.

2. Os Embargos de Declaração constituem recurso de rígidos contornos processuais, exigindo-se, para seu acolhimento, os pressupostos legais de cabimento, ausentes in casu.

3. O inconformismo dos embargantes busca emprestar efeitos infringentes, manifestando nítida pretensão de rediscutir o mérito do julgado, o que é incabível nesta via recursal.

4. A insurgência revela propósito manifestamente protelatório e utilização indevida dos aclaratórios, justificando a incidência da sanção prevista no art. 538, parágrafo único, do CPC.

5. Embargos de Declaração rejeitados, com fixação de multa de 1% sobre o valor da causa."

(EDcl nos EDcl no AgRg no AREsp 381.986/SP, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 7/8/2014, DJe de 9/10/2014, sem negrito no original)

"PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DECLARATÓRIOS. OMISSÃO, CONTRADIÇÃO E OBSCURIDADE. INEXISTÊNCIA. CARÁTER INFRINGENTE DA PRETENSÃO. ANÁLISE DE QUESTÕES DE ORDEM CONSTITUCIONAL. INVIABILIDADE.

1. Inexiste irregularidade a ser elucidada na via dos embargos de declaração se o acórdão embargado manifesta-se de modo claro e objetivo quanto à matéria submetida à apreciação da Corte.

2. O reexame de matéria já apreciada com a simples intenção de propiciar efeitos infringentes ao decisum impugnado é incompatível com a função integrativa dos embargos declaratórios.

3. Em sede de recurso especial, é inviável ao Superior Tribunal de Justiça analisar ou decidir questões de ordem constitucional.

4. Embargos de declaração rejeitados." (EDcl no AgRg no Ag 1.035.101/MS, Quarta Turma, Relator o Ministro **JOÃO OTÁVIO DE NORONHA, DJe de 28.10.2008, sem negrito no original)**

Não obstante, o entendimento jurisprudencial desta Superior Tribunal de Justiça se mantém intacto sob a égide o Novo Código de Processo Civil, no tocante à inviabilidade de oposição de embargos de declaração ante ao mero descontentamento da parte com o resultado do julgamento, por não se configurar negativa de prestação jurisdicional. Nesse sentido:

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. VÍCIOS DO ART. 1.022 DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL/2015. INEXISTÊNCIA. NÍTIDO CARÁTER INFRINGENTE. EMBARGOS REJEITADOS.

1. O juízo provisório de admissibilidade do recurso especial realizado pelo Tribunal de origem não vincula o Superior Tribunal de Justiça, a quem compete a apreciação definitiva dos pressupostos desse recurso. Precedente.

2. O acórdão embargado não contém omissão, obscuridade ou contradição, uma vez que foi dirimida a questão pertinente ao litígio, limitando-se a parte embargante a utilizar os aclaratórios com o escopo de revisão do julgado, em manifesta pretensão infringente.

3. A jurisprudência do STJ é firme no sentido de que o mero descontentamento da parte com o resultado do julgamento não configura negativa de prestação jurisdicional.

4. Embargos de declaração rejeitados.

(EDcl no AgInt no REsp 1737181/PR, Rel. Ministro **MARCO AURÉLIO BELLIZZE, TERCEIRA TURMA, julgado em 25/02/2019, DJe 13/03/2019)**

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO (ART. 544 DO CPC/73) - AUTOS DE AGRAVO DE INSTRUMENTO NA ORIGEM - CUMPRIMENTO PROVISÓRIO DE SENTENÇA - HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS - ACÓRDÃO DESTE ÓRGÃO FRACIONÁRIO QUE NEGOU PROVIMENTO AO RECLAMO, MANTENDO A DECISÃO MONOCRÁTICA QUE DEU PROVIMENTO AO RECURSO ESPECIAL DO EXECUTADO PARA EXCLUIR A VERBA HONORÁRIA DA CONDENAÇÃO. INSURGÊNCIA DO EXEQUENTE.

1. Não ocorrentes as hipóteses insertas no art. 1022 do CPC, tampouco equívoco manifesto no julgado recorrido, não merecem acolhida os embargos que se apresentam com nítido caráter infringente, por via dos quais se objetiva rediscutir a causa, já devidamente decidida. 2. A contradição que autoriza os embargos de declaração é aquela interna ao acórdão, verificada entre a fundamentação do julgado e a sua conclusão, e não aquela que possa existir, por exemplo, com a prova dos autos, nem a que porventura exista entre a decisão e o ordenamento jurídico; menos ainda a que se manifeste entre o acórdão e a opinião da parte vencida.

3. Não incidem honorários sucumbenciais recursais na hipótese, pois não há um "acrécimo de sucumbência no grau recursal" ante a interposição do recurso de agravo interno ou embargos de declaração, porquanto gravitam esses reclamos no mesmo nível recursal daqueles que promovem a abertura da instância, motivo pelo qual incabível a majoração estabelecida no art. 85, § 11 do NCPC.

4. Embargos de declaração rejeitados.

*(EDcl no AgRg no AREsp 539.673/PR, Rel. **Ministro MARCO BUZZI, QUARTA TURMA**, julgado em 06/02/2018, DJe 23/02/2018)*

Diante do exposto, rejeito os embargos de declaração.

Publique-se.

Brasília, 29 de novembro de 2019.

MINISTRO RAUL ARAÚJO
Relator